

i	Periodicidade: Diário
09-08-2022	Classe: Informação Geral
	Âmbito: Nacional
	Página(s): 5

Reforma do TAD requer consenso alargado, diz Governo

Executivo mostra 'abertura' para ouvir entidades.

Uma eventual reforma do Tribunal Administrativo de Desporto só poderá avançar com um consenso alargado, avisou o secretário de Estado da Juventude e do Desporto, João Paulo Correia. "Uma reforma do TAD, se vier a existir, só se for objeto de uma proposta muito mais alargada por parte dos responsáveis das entidades que se relacionam ou cujas instituições estão diretamente relacionadas com o funcionamento do TAD", afirmou, em declarações à Lusa, reagindo às palavras de Pedro Proença, presidente da Liga Portuguesa de Futebol Profissional (LPFP), sobre o assunto. Proença argumentou que o TAD não deveria existir, sugerindo ao Governo a criação de um organismo com o poder de decidir mais rapidamente os casos jurídicos. "O poder político deveria centrar-se na criação de um tribunal desportivo que tratasse destes temas de forma eficaz, com processos céleres e capazes", disse.

Em Évora, João Paulo Correia defendeu que as "reformas estruturantes devem ser muito bem ponderadas" e que as entidades relacionadas com o universo do TAD "devem ser chamadas a refletir sobre o funcionamento do tribunal".

"O Governo tem abertura para ouvir entidades como a Federação Portuguesa de Futebol, a LPFP, os clubes que participam nas competições profissionais de futebol e os próprios responsáveis pelo TAD, como também as outras modalidades", disse o secretário de Estado, argumentando ser "preciso que todas as entidades, direta ou indiretamente envolvidas, se pronunciem, desejavelmente, no seu sentido".